

Qorpo-Santo, um caso literário *Poemas Qorpo-*

Em entrevista dada a um jornalista que por felicidade era também um bom leitor, Northrop Frye usou de uma bela imagem para definir o grande autor. Frye estava lembrando que costumava sugerir a seus alunos que escolhessem um grande autor para habilitarem-se nos misteres letrados, que lessem toda sua obra, que freqüentassem os escritores que aquele autor freqüentara, que depois relesem a obra, por aí adiante. Pergunta então o jornalista: mas o que é um grande autor? Responde Frye: é aquele com cuja obra se pode conviver por muito tempo sem sentir claustrofobia.

Na literatura brasileira teremos talvez cinco ou seis grandes autores, segundo o critério de Frye. E certamente José Joaquim de Campos Leão, autodenominado Qorpo-Santo, não consta da lista.

Pode parecer desnecessário começar esta resenha assim, definindo desde logo um limite para a conversa; ocorre que o caso Qorpo-Santo é propício a demasias: escritor maldito, dramaturgo injustiçado, precursor do teatro do absurdo, paladino da língua brasileira, tudo isso já foi e continua a ser dito sobre ele e sua obra; e tudo isso continua desfocando as coisas, salvo engano de minha parte. Agora mesmo, quando do lançamento da edição de sua poesia, por dedicada obra e relevante empenho da pesquisadora Denise Espírito Santo, lemos muito disso nos jornais — e é de ver que todos os grandes jornais do país deram largo destaque ao lançamento, da mesma forma que

as revistas de literatura. Tal interesse deve, também ele, ter significações de relevo, tudo compondo o cenário desta espécie de enigma, de que agora nos ocupamos.

Não custa lembrar, para início de conversa: José Joaquim de Campos Leão nasceu em Triunfo, uma vila a uns cem quilômetros de Porto Alegre, em 1829, de família de posses modestas — terá sido um raro caso de classe média urbana num tempo de escravos e senhores e numa província de latifúndios e rala vida cidadina. Cresceu e viveu aparentemente em ritmo normal, chegou a prosperar respeitavelmente nos termos burgueses da época — foi comerciante, delegado de polícia, vereador, colaborador de jornais, membro da maçonaria, professor público reconhecido, dono de colégio, etc. — até que, em dado momento, é acometido por problemas complexos, de difícil diagnóstico, então como hoje. Segundo seus próprios termos, o que ocorreu foi que sua esposa aliou-se a um juiz espertalhão para interdita-lo judicialmente e assim usufruir de seus não poucos bens; segundo seus acusadores, o que aconteceu foi que José Joaquim tinha enlouquecido.

Começa um calvário que não tem fim, até sua morte, em Porto Alegre, em 1883. Entre a década de 1860 e essa data, enfrenta processos formais em que é acusado de incapacidade mental. Vários médicos o examinam, na acanhada capital gaúcha de então e na capital do país, para onde é enviado a certa altura, a fim de obter diagnóstico cientificamente mais avançado. Resultado: no Rio, todos os mé-

dicos são unânimes em reconhecer sua sanidade, com o detalhe de observarem que José Joaquim apresenta “um acréscimo de atividade cerebral, que não pode exprimir um estado anormal de intelecto”. Nada mais.

Não adianta. De volta à terra natal, é mais uma vez processado e intimado a novos exames. Finalmente, a despeito dos atestados liberatórios assinados por eminentes médicos, é interdito judicialmente. Consegue ainda movimentar-se, é certo, porque se sabe que trabalha em sua gráfica, montada, ao que tudo indica, especificamente para imprimir sua própria produção escrita. Trabalha de modo desordenado, pelo que se depreende do resultado: saem alguns números de uma *Ensiqlopèdia, ou Seis mezes de huma enfermidade*, barafunda em forma de pequeno jornal, reunindo aparentemente toda a sua produção anterior, que o autor tenta vender pela cidade. A publicação é um armazém de secos e molhados: tem artigos de fundo clamando pela moralidade pública, poesias de ocasião, reclamações contra indivíduos — até mesmo os entregadores de seu próprio jornal são ameaçados na folha impressa —, receitas para sarar dores de corpo e alma, peças de teatro, considerações sobre regimes políticos, cantadas em mulheres, comentários sobre notícias do tempo, propostas de ensino, sugestão de reforma ortográfica, gritaria contra o mau estado das calçadas da cidade, tudo vizinhando sem qualquer mediação, sem qualquer serenidade, fruto de um aturdimento de alma visível à primeira leitura.

Neste breve lembrete biográfico, faltou mencionar um dado central. A partir de certo momento, datado em 1863 pelo autor em nota autobiográfica constante da *Ensiqlopèdia*, José Joaquim se crê tomado de uma condição especial, uma iluminação mística ou algo pelo estilo — a crer em seus depoimentos escritos, tratou-se de um estalo de consciência que o teria convencido da necessidade de nunca mais manter relações com mulheres. (Tudo infrutífero, parece, porque lemos em sua obra um sem-número de menções a mulheres de variado estilo, com certa predileção por moças, bem jovens.) E tal é o motivo pelo qual passa a assinar-se Qorpo-Santo, apelido que incorporou ao nome civil. Quanto à grafia, “qorpo” e “ensiqlopèdia”, trata-se de uma das tantas campanhas em que ilusória e ingloriamente se meteu por escrito, neste caso a favor de uma reforma ortográfica que simplificasse o registro da língua portuguesa com base na efetiva pronúncia das palavras.

Essa curiosa — Qorpo-Santo alguma vez grafou quirioza — e sofrida trajetória se dá numa cidade mansamente provinciana, que porém é a capital de uma província beligerante, que passou dez anos entretida em guerra civil, entre 1835 e 45, tendo Porto Alegre sido sitiada pelos insurretos farroupilhas por quase cinco desses anos. O principal de sua obra, o teatro, foi quase todo escrito no ano de 1866, ano em que o Sul foi ocupado duramente em atender às exigências da Guerra do Paraguai, em que o Rio Grande desempenhou papel de quartel-general e fornecedor de ca-

valos, alimento e homens, elementos esses mais ou menos de mesma hierarquia segundo a lógica da guerra, e em que a capital gaúcha se via comovida por notícias do front, tendo ocorrido mesmo suspensão das funções do Theatro São Pedro, jóia provincial inaugurada em 1858, por motivo de consternação geral e luto. Não terá sido pouca coisa.

A Porto Alegre do tempo arrancava para o futuro, embalada na produção tradicional da região (gado, vivo ou morto) mas acrescida decisivamente da economia colonial imigrante dos alemães, que estão estabelecidos no estado desde 1824 e alcançam, estima-se, uns dez por cento da população da capital. Imponentes prédios públicos são construídos, qualifica-se enormemente o serviço de transporte público, a cidade comercia quantidades impressionantes com várias partes do mundo — é de registrar que estão acreditadas na capital gaúcha não menos que dezoito delegações consulares. Ao mesmo tempo, conviveu por alguns tormentosos meses com crimes tremendos, que entraram para a história e até hoje respiram na imaginação do povo e dos artistas, os famigerados “crimes da rua do Arvoredo”, em que teria havido até mesmo antropofagia involuntária, com as “lingüiças de carne humana”, preparadas por um açougueiro desalmado e vendidas ao incauto público¹.

Outro dado que deve ajudar a posicionar as coisas: a atividade e os tormentos de Qorpo-Santo ocorrem em paralelo total, sem diálogo algum conhecido, com a fascinante e pouco conhecida atividade da Sociedade Partenon Literá-

rio. Consideremos que a cidade, na altura dos anos 1860, teria seus 20 ou 25 mil habitantes (a estimativa de dois ilustres estudiosos do tema prefere o primeiro número²), dos quais talvez dez por cento tivessem algum interesse em atividade letrada. Pois bem: em 1868 funda-se aquela agremiação, espécie de academia de letras mas — atenção para os detalhes — de clara definição abolicionista, republicana e democrática: os parceiros e parceiras (sim, havia mulheres envolvidas ativamente, desde o começo) do líder Apolinário Porto Alegre abriram escola noturna para alfabetização de adultos, e uma biblioteca foi oferecida ao público; reuniam-se em festas para arrecadar dinheiro e comprar alforrias, além de editarem uma revista em que circulou praticamente todo escritor disponível num raio de centenas de quilômetros.

Mas não Qorpo-Santo, que permaneceu em seu trilho próprio, singular e, observadas as coisas, incomunicável. É compreensível, vistas as coisas à distância, que não tenha havido diálogo: os associados do Partenon eram em sua maioria românticos, algo tardios embora certamente orgânicos em relação às demandas locais, ao passo que a escrita daquele atormentado José Joaquim era, o que dizer? Estranha. Nunca se ocupou de dramatizar ou figurar os temas da busca da identidade, brasileira ou gaúcha, que ocuparam seus conterrâneos.

José Joaquim escreveu, publicou, esforçou-se, mas nada aconteceu. Não foi lido, e o pouco que foi não bastou para

render-lhe reconhecimento de alguma relevância. O depoimento de dois contemporâneos converge para o desenho de uma figura esquisita, ao modo dos loucos que povoam as cidades. Em resumo, ele não foi reconhecido como um escritor, em nenhum sentido. Era um alucinado que escrevia.

Passa-se o tempo. Como foi já há tempos diagnosticado por Flávio Aguiar, em seu estudo “Os homens precários”³, quando os barulhos do primeiro modernismo foram ouvidos na província sulina houve quem lembrasse, em tom de blague, que, se era *aquilo* a poesia moderna, então Porto Alegre já a conhecia de tempos, havia cinqüenta anos. Mas é claro que não era uma mudança de rumos na apreciação de nosso escritor. Era mais uma demarcação de diferença entre o modo de ser dos escritores gaúchos e o modo do centro do país, neste caso São Paulo. (Não é o caso de detalhar aqui, mas essa repulsa majoritária dos poetas gaúchos dos anos 1910 e 1920 ao ímpeto modernista pode ser explicada pela gênese totalmente diversa da idéia de modernidade: enquanto em São Paulo, e daí por diante em outras partes do país, o espírito moderno misturou certo fascínio pelo Futurismo com repulsa ao Parnasianismo, aqui em Porto Alegre, como na generalidade das províncias hispanoparlantes, a modernidade saiu do ventre do Simbolismo, sem combate a algum parnasianismo, por sinal raro. Fácil de enunciar, difícil de demonstrar.)

Outra geração inteira faz sua vida, e apenas nos anos de

1950, por iniciativa de um leitor especial, Aníbal Damasceno Ferreira, jornalista e cineasta, Qorpo-Santo é dado a conhecer. Aníbal fica fascinado com o que chama de singularidade de sua escrita; trata de copiar algumas peças e distribuir pela *intelligentzia* local. Repercussão nula. Mas ele não desiste. Em certo momento, apresenta os textos a Guilhermino César, que depois de muita hesitação resolve acolher o esquisito autor em seu repertório de autores sul-rio-grandenses. (História ainda não escrita, de interesse talvez apenas provincial: por que Guilhermino César, leitor avisado, professor universitário, pesquisador de méritos, crítico literário sensível, passou anos sem reconhecer valor algum nas peças de Qorpo-Santo, e bem depois, dadas as evidências de sua qualidade por outros, resolve fazer até edição anotada e comentada da obra do maldito. E sempre sem reconhecer os méritos de quem já havia detectado tal qualidade antes.)

Após anos de batalha, Aníbal vê o resultado de seu esforço: Antônio Carlos Sena e mais alguns abnegados conseguem montar algumas de suas peças, que são levadas à cena em 1966, por pura casualidade justos cem anos após terem sido escritas na mesma cidade. A montagem vai ao Rio, e, então, com o *nihil obstat* proporcionado por uma crítica retumbante de Yan Michalski, Qorpo-Santo ganha estatuto de pequeno gênio incompreendido, porque afinal era o primeiro precursor mundial do então moderníssimo teatro do absurdo.

Claro que o termo “precursor” merece restrições. A começar do sentido mais trivial: pode alguém ser precursor de algo que aconteceu independentemente do suposto precursor? Pode o teatro do absurdo, o surrealismo, ou o que seja, ter sido anunciado numa remota paragem do Ocidente, sem ter havido conhecimento, divulgação, recepção? Naturalmente trata-se de perguntas descentradas, de nenhum alcance analítico, porque localizam ingenuamente as coisas do mundo da criação artística numa impossível evolução linear, sem a consideração da posição relativa entre centro e periferia.

É grande a tentação colonizada de tentar inscrever um dos nossos entre os grandes, ainda mais como precursor, a Europa mais uma vez se curvaria ante o Brasil, etc. País colonizado tende a buscar sempre tais compensações em relação aos países centrais, assim como as províncias tendem a fazer em relação ao centro do país. (A província gaúcha tem pelo menos um outro grande exemplo a apresentar: o do padre Landell de Moura, documentadamente o primeiro a fazer funcionar a transmissão sem fio, pelas ondas do ar, antes de Marconi.) Mas não faz sentido, ao menos em termos lineares: precursor tem de produzir eco, ou será para sempre apenas um singular.

Daí surge o problema, que diz respeito diretamente à recente edição da poesia de Qorpo-Santo: como então considerar o caso de um autor cuja obra tenha singularidade extrema, tão extrema que não encontra antecessores em

sua região, em seu país, em sua língua e, para cúmulo, no universo cultural dominante como um todo?

Salvo a patologia intelectual que considera os gêneros artísticos, os estilos de época e os produtos estéticos como absolutos e a-históricos, patologia que porém tem muito lugar até na universidade, a obra de Qorpo-Santo deverá ser avaliada no plano das relações sociais em geral, literárias em particular, que puderem ser detectadas e demonstradas.

É o que busca fazer, muito brevemente, Denise Espírito Santo, ao sugerir na abertura do volume o enquadramento da poesia do atormentado José Joaquim na vertente “fora de esquadro” — enquadramento que não enquadra, nem explica, por sinal — mais ou menos a mesma que deu a poesia de Gregório de Matos, ou os românticos Bernardo Guimarães, Laurindo Rabelo, Sousândrade e algum outro, esses por sinal contemporâneos de nosso autor, ou ainda os autores de bestialógicos e de poesia *nonsense*, ou os grotescos e malditos, que encontramos aqui e ali, ao longo do tempo. É também o que faz, em outro caminho, Flora Süssekind, na mesma abertura da edição, ao notar que, diferentemente da concepção romântica vigente, “Qorpo-Santo chama a atenção, em meio à própria produção torrencial, para o esforço concreto, a materialidade, o trabalho de composição que envolve a atividade literária”⁴, o que faria do autor uma espécie de precursor da autoconsciência moderna em sentido estrito.

Pode ser que isso tudo faça sentido, e de fato faz, no plano do enquadramento de autores no fluxo histórico. Mas mais uma vez reponha aqui o problema atrás mencionado a propósito do “precursor”: porque parece que todas essas considerações, tanto as de Denise quanto as de Flora, fazem supor alguma consciência do autor acerca das possibilidades que tinha diante de si e, portanto, acerca de sua capacidade de tomar decisões, neste caso estéticas, como na vida civil tinham sido políticas e jurídicas.

Corre-se o risco de embicar então num terreno pantanoso, o da consciência dos autores a respeito da concepção, da feitura e do alcance de sua obra. É sempre mais prudente evitar o ingresso aí, porque a chance de dizer bobagem aumenta consideravelmente, ao embretar-se a apreciação pelos becos da intenção e seus correlatos. Alguém poderá observar então que, no caso de Qorpo-Santo, a coisa se complicaria em segundo grau: interditado em vida por “incapaz de gerir sua pessoa e bens”, estaria agora sendo proibido, retrospectivamente, de deliberar sobre suas intenções artísticas?

Nada disso: José Joaquim, ao que indica a leitura do conjunto de sua obra conhecida, era mesmo uma espécie de maluco brilhante, ou de brilhante maluco, que escreveu e publicou muito mas não foi lido, ou ao menos não encontrou grande recepção; que escapou ao círculo de giz da ideologia estética de sua época e por isso ignorou os mandamentos românticos (por sinal, aquela especulação so-

bre as intenções do artista, atrás referida, é uma das criações e mesmo das convenções românticas); e que lutou furiosa mas irresolvidamente pela expressão de coisas que ele próprio não saberia formular em termos racionais. Quer dizer: nenhuma diferença essencial com o caso de qualquer bom artista, em qualquer época a partir justamente do Romantismo. Tratava-se de um artista, que como cidadão fracassou.

E se é como artista que ele deve ser medido, parece necessário abandonar os pudores de piedade e comiseração, assim como o comprazimento por sua marginalidade, e esquecer o problema de sua falta de lugar nas descrições historiográficas, para tentar vê-lo melhor. (Se a questão for mesmo a de tentar encontrar um lugar para ele no repertório da Literatura Brasileira, creio que o melhor a fazer é fugir da compreensão linear das coisas, para pensar um momento com Pound: o artista é contemporâneo de seus leitores. Bem compreendida, a frase não colide com a noção sistêmica da historiografia — a confusão entre historicidade e linearidade é forte, mas resistível —, por exemplo segundo a linhagem protagonizada no Brasil por Antonio Candido, à qual me filio; a questão será saber quando e como a obra de Qorpo-Santo entra em circuito e faz sistema, ou, para citar Candido, “faz um pouco de Brasil ao fazer literatura”.)

A poesia de Qorpo-Santo é frágil, primária e de poucos recursos, o que não a impede de ser interessante e digna

de atenção. Denise Espírito Santo, ao organizar a edição, fruto de intensa convivência com o texto do autor e de muita mediação filológica, optou por apresentar os poemas segundo uma divisão temática, que está bem apanhada. Ao fazer isso, deixou de fazer outras coisas, como por exemplo incidir na apologia ingênua de uma qualidade que não existe. O resultado é que o leitor entra em contato a secas, sem mediação quase nenhuma, com o modesto texto poético de Qorpo-Santo.

Modesto mas curioso. Quanto menos se espera, numa sequência interminável de versinhos de sintaxe trivial, rima fácil, metro banal e concepção totalmente infantil, aparece uma pequena bomba como “Não acho a cabeça”, pequeno mantra ensandecido:

Ora pelos olhos,
Ora pelas vestes,
Ora pela testa,
Ora pelos folhos!

Ora pelas língua,
Ora pelos lábios,
Ora pelas faces,
Ora pelos raios!

[...]

Ao mesmo tempo, vamos encontrar bons motivos para emparelhar sua poesia com a de Gregório de Matos, menos pela verve satírica e debochada (ou ressentida), mais

por seu traço cronístico, de retratista de seu tempo (em “Um menino”, por exemplo: “Tem barbicaixo / ao seu chapéu, / nastr’ou fitilho: / tu és — tabaréu!”). Mas tudo quase sempre em forma simples, que denota atrás do poeta um leitor também simples, que aqui cita Casimiro de Abreu e ali arremeda um verso de Camões, e isso é quase todo o universo de referências que nele encontramos; em matéria de autores prediletos, encontraremos três outros, Castilho, o gramático português, Coruja, outro gramático, por sinal comprovinciano de Qorpo-Santo, e finalmente o Marquês de Maricá, autor de máximas triviais que enfeitaram a frase mediana brasileira por décadas. A poesia de nosso autor é isso, com meia-dúzia de exceções — uns decassílabos bem tirados, uns poemas confessionais pungentes, algumas cantadas espirituosas.

Quando Aníbal Damasceno Ferreira desenterrou Qorpo-Santo, na virada dos anos de 1950 para os 60, percebeu que se escondesse partes menos nobres da obra poderia ganhar leitores para o infeliz maluco porto-alegrense. Por isso tratou de não mostrar aos potenciais interessados a face machista de José Joaquim, como também seu lado senhorial, que deixou registrado em letra ao atacar o espírito vagabundo dos negros. Era a época de ascensão do movimento feminista e de hegemonia de esquerda no pensamento universitário e crítico, de maneira que não convinha desperdiçar o conjunto, que tinha coisa boa, com essas banalidades, de resto compreensíveis numa mente perturbada.

Hoje porém, ao menos no plano do debate acadêmico, não devemos repetir a cautela de Aníbal, determinada pela ética das relações públicas. Se Qorpo-Santo apresenta desníveis em sua produção, também isso deve aparecer; se fez teatro surpreendente e poesia trivial, ao menos na maior parte, da mesma maneira. Evitemos as tentativas de canonizar a quem já é, a seu particular modo, santo.

Colocadas as coisas sem anacronismo, o que ele escreveu é suficientemente impressionante como para fornecer-nos um depoimento raro, senão único, sobre a vida intelectual do tempo final do Império, por certo que numa província — quem garante que um Qorpo-Santo carioca, amigo de Alencar ou de Machado, quem sabe padrinho do jovem irreverente Olavo Bilac, não acabasse assimilado, mas na mais profunda irrelevância, afundado na cadeira alta da primeira sessão da Academia Brasileira de Letras?

Por sinal há uma mitologia disponível a respeito da especulação. Quando José Joaquim esteve internado para exame de sanidade mental na Corte, mencionou conhecer algum médico que ali trabalhava, que teria sido seu aluno em Porto Alegre. Assim também outros indivíduos, então ativos no mundo do Rio de Janeiro, teriam conhecido o velho professor em melhor condição, anos antes. Isso tudo é fato. Mas não é fato, ainda que seja verossímil, que um jovem escritor carioca, interessado na torta geografia da alma humana, tenha entrado em contato com o inteligente louco sulino; também não é fato, mas continua sen-

do verossímil, que daí tenha nascido um tipo como Simão Bacamarte, quem sabe mesmo um sujeito chamado Quincas Borba. (Mais especulação? Então vejamos uma totalmente descabida, mas charmosa, pelo menos no plano da ficção: um qorpo-santo entrará na história da literatura argentina com o nome de Macedonio Fernández [1874-1952] ao influenciar diretamente o jovem Jorge Luis Borges e, décadas depois, Ricardo Piglia.)

Sem ir mais longe, e já que falamos de Machado de Assis, chama a atenção, para quem quiser enxergar, uma semelhança entre ele e nosso José Joaquim. Naturalmente não estamos falando de capacidade criativa, nem de qualidade ficcional, sequer de domínio dos meios expressivos do idioma. Nascido dez anos após o gaúcho, Machado desde jovem percebeu a necessidade de inventar sua interlocução, que não existia ou não funcionava do modo que ele achava correto. Leiam-se seus textos para jornal ao longo do ano de 1859 e se verá que o jovem escritor — marginal por outros motivos, sociais e raciais, e não os provinciais ou os mentais que atormentaram Qorpo-Santo — centrou suas esperanças de evolução da sensibilidade do povo e no incremento da democracia não na ação das elites, mas na capacidade que o jornal e o teatro tinham de divulgar a informação, que o povo simples saberia apreender para estabelecer, veja só, “a sentença de morte de todo o *status quo*, de todos os falsos princípios dominantes”⁵. Machado disse isso e praticou isso, a sua maneira: usou o

jornal e o teatro, este depois abandonado em favor do conto e do romance, mas sempre parecendo demonstrar fidelidade ao princípio que aos 20 anos de idade expressara, um princípio iluminista e humanista, que conta vivamente com a participação do leitor e do espectador.

E Qorpo-Santo? O pobre e incomunicável professor porto-alegrense, que viu ruir sua respeitável trajetória burguesa, poeta por acaso e distração, parece ter empregado todas as forças na busca de comunicação, de interlocução: fez jornal, escreveu para teatro e não apenas ensinou português, senão que chegou a formular uma proposta de reforma ortográfica, em nome da simplificação e, por que não dizer, do incremento da compreensão do texto escrito por parte dos leitores comuns. Tudo isso fez, e no entanto nada disso funcionou: seu jornal não parece ter obtido grande destaque, seu teatro não foi encenado a não ser cem anos depois de sua morte, sua proposta de reforma ortográfica caiu no vazio absoluto. Mas ele sabia que nestes três níveis estava o caminho. Estava certo, mas por algum motivo errou sempre. Ficou mudo e sem ação até bem pouco tempo. O livro organizado por Denise Espírito Santo ajuda a pô-lo em circulação, para leitores que saberão ver ali a alma em febre ansiando por expressão.

⁵ Ver, a propósito, o livro de Décio Freitas antes mencionado e “Os crimes da rua do Arvoredo”, reprodução do processo judicial em torno do caso (Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1993).

² São eles Décio Freitas, historiador, autor de, entre outros, *O maior crime da terra — o açougue humano da rua do Arvoredo: Porto Alegre, 1863-1864*. Porto Alegre: Sulina, 1996, e Luiz Antônio de Assis Brasil, romancista, autor de, entre vários outros, uma biografia romanceada de Qorpo-Santo, *Cães da província*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

³ Porto Alegre: A Nação/DAC SEC, 1975.

⁴ SÜSSEKIND, Flora. *Introdução*. In: ESPÍRITO SANTO Denise (Org.) *Poemas: Qorpo-Santo*. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria Ltda, 2000, p.19.

⁵ A citação é de “A reforma pelo jornal”; esse e outros textos do mesmo ano parecem esboçar a compreensão do jovem Machado acerca das condições materiais de circulação das idéias, incluindo as artísticas. Para detalhes, veja-se artigo meu sobre o tema na revista *Espelho*. (Porto Alegre), UFRGS-Purdue University, nº2, 1996.

Luís Augusto Fischer é professor de Literatura Brasileira da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e autor de *Para fazer diferença* [Artes e Ofícios, 1998] entre outros.